



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO/OUVIDORIA Nº 49/2022

Ibiúna, 17, Outubro de 2022.

Assunto: Resposta ao ofício SEJ n.º 762/2022

A Ouvidoria Geral do Município teve sua regulamentação criada **pela Lei Complementar n.º 204 de 20 de maio de 2022**, conforme justificativa abaixo:

“Projeto de Lei n. 012/2022, de 16 de maio de 2022, que possui a seguinte ementa: **“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA, ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Trata-se, portanto, da criação da Ouvidoria Municipal, o qual visa dar pleno atendimento ao inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 37, da Constituição Federal/1988, e ao que estabelece as diretrizes da Lei Federal n. 13.460/2017, de 26 de Julho de 2017, excepcionalmente em seu capítulo VII, art. 25, inc. II, o qual tornou obrigatório a sua implantação em todos os Municípios brasileiros, a qual terá por objetivo primordial apurar as eventuais reclamações relativas à prestação de serviços públicos da administração pública direta e/ou indireta, bem como das entidades privadas de

qualquer natureza que operem com recursos públicos na prestação de serviços à comunidade.

Por outro lado ainda, a presente propositura visa dar cumprimento a r. decisão e V. Acórdão proferido nos autos do Processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2252789-60.2020.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor o PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e são réus: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, prolatado em data de 29 de Setembro de 2021.

Pelo referido V. Acórdão o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferiu a seguinte decisão: "POR MAIORIA DE VOTOS, JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE EM PARTE, ACORDÃO COM O EXMO. SR. DES. FERREIRA RODRIGUES, VENCIDOS OS EXMOS. SRS. DES. FRANCISCO CASCONI (COM DECLARAÇÃO), RICARDO ANAFE, XAVIER DE AQUINO, DAMIÃO COGAN; JOÃO CARLOS SALETTI, RENATO SARTORELLI, FERRAZ DE ARRUDA, CRISTINA ZUCCHI; JACOB VALENTE, MOREIRA VIEGAS, ELCIO TRUJILLO E VIANNA COTRIM, FARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO VENCEDOR O EXMO. SR. DES. TORRES DE CARVALHO", de conformidade com o voto do Relator, que integra este Acórdão.

O Julgamento teve ainda a participação dos Exmos. Desembargadores FERREIRA RODRIGUES, vencedor, FRANCISCO CASCONI, vencido, PINHEIRO FRANCO (Presidente), RENATO SARTORELLI, FERRAZ DE ARRUDA, ADEMIR BENEDITO, CAMPOS MELLO, CRISTINA ZUCCHI, JACOB VALENTE, JAMES SIANO, CLAUDIO GODOY, MOREIRA VIEGAS, COSTABILE E SOLIMENE, TOORRS DE CARVALHO, LUCIANA BRESCIANI, ELCIO TRUJILLO, DECIO NOTARANGELI,




VIANA COTRIM, EUVALDO CHAIB, LUIS SOARES DE MELLO, RICARDO ANAFE, XAVIER DE AQUINO, DAMIÃO COGAN, EVARISTO DOS SANTOS E JOÃO CARLOS SALETTI.

O V. Acórdão julgou pela procedência da ação para acolher os pedidos enumerados e indicados nos itens "2" a "31" (fls. 114/118), declarando a inconstitucionalidade daquele total cerca de 30 (trinta) itens todos enumerados, dentre os quais destacamos especificamente aquele que atinge o presente projeto, ou seja, o de número, a saber: Item: 14-) do art. 3º, e seus §§ 1º ao 4º e das expressões "Ouvidor Geral", "Ouvidor" e "Assessor Especial de Ouvidoria", constantes do Anexo Único, todos da Lei Complementar n. 52, de 30 de Abril de 2008.

Na respeitável decisão também foi determinada a modulação de 120 (cento e vinte) dias, a contar do julgamento presente, fazendo com o que o Executivo Municipal, neste período procedesse as reformas necessárias e contempladas no presente Projeto de Lei, como medidas para equacionar a situação encontrada, e definitivamente implantar uma nova metodologia e organização politico-administrativa para nortear as ações da atual e futuras administrações.

Assim, portanto, é que deu origem ao presente Projeto de Lei para extirpar do mundo jurídico os itens citados na referida Lei Municipal Complementar n. 52, de 30 de Abril de 2008, com o texto que ora se apresenta, o qual de fato regulamentará a Ouvidoria Municipal, bem como indicando as suas diretrizes gerais."



Insta consignar, que fui designado Ouvidor através da Portaria n.º 15.117 de 26 de maio de 2022.

Com relação à “Carta de Serviços ao Usuário”, estaremos tomando as devidas providências, uma vez, que através do OFÍCIO/OUVIDORIA Nº 37/2022 de 12 de agosto de 2022; prestamos informações ao Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme documentação anexa.

Com relação ao Conselho de Usuários, estaremos elaborando junto com o Departamento Jurídico: – Projeto de Lei que cria o CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para ser encaminhado para Câmara de Vereadores da Estância Turística de Ibiúna.

Nesta oportunidade, juntamos o devido relatório de gestão do ano de 2021.

No ensejo, encaminho cópias do Ofício nº37/2022, desta Ouvidoria, por intermédio do qual, dentre outras informações prestadas para o Senhor Secretário de Negócios Jurídicos, com a finalidade de envio ao Ministério Público, - foram prestados esclarecimentos sobre as formas de divulgação e acesso público aos serviços disponibilizados ao cidadão, em sistemas de plataforma eletrônica desta Ouvidoria (Transparência dos serviços constantes no site oficial do Município da Estância Turística de Ibiúna; Plataforma eletrônica do sistema e-SIC; modelo para Requerimentos; e-mail e o número de telefone direto desta Ouvidoria, este último, meio através do qual, também são recebidas manifestações/reclamações, denúncias, etc), bem como sobre atendimento presencial, com modelo de requerimentos eletrônicos e físicos, e referente ao acesso rápido de serviços, do que, seguem novamente, cópias em anexo.

Certo de contar com sua compreensão e colaboração, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

SANDRO ALVES DE ALMEIDA
OUVIDOR GERAL

A ILMA. SRA. DRA. MARCIA SIQUEIRA DIAS ROSA
PROCURADORA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA, ESTADO DE SÃO PAULO.